

REFORMA DA UNIVERSIDADE

A. E. I. S. T.

A UNIVERSIDADE -- Um dos alicerces do capitalismo Português

O ano de 1970 viu entrar um novo ministro da Educação Nacional, executor de uma nova política em relação à Universidade: -- A política da Reforma e a política da Participação. Esta nova política tem raízes em profundas transformações que ocorreram da Sociedade Portuguesa nas duas últimas décadas.

I- "Abertos a todas as reformas justas, a todas as ideias fecundas, a todas as ideias generosas... mas firmes e decididos contra a subversão". - M. Costano.

1- Se os anos 50 viram o "Arranque Industrial" -- obtido à custa da grande acumulação de capital proporcionada pela segunda grande guerra; do condicionamento e proteccionismo aduaneiro; dos baixos salários (para o que muito contribuíram o congelamento dos preços dos produtos agrícolas e a repressão brutal exercida sobre os movimentos sindicais e políticos dos trabalhadores) --, os anos 60 vêm ser marcados, fundamentalmente, por: um aumento crescente da emigração, efeito e causa da "crise agrícola"; pela desencadear da guerra das colónias; e pela progressiva evasão do país pelos capitais estrangeiros, atraídos pelo baixo preço da mão-de-obra.

É nestes últimos anos que os primeiros choques sérios entre os "interesses" agrícolas e os "interesses" industriais se começam a verificar. O regime de Salazar --saído do golpe de estado de 1926, e cuja principal base de apoio se encontra na banca e nos latifundiários-- cada vez mais se isola no plano político nacional e internacional, e cada vez menos encontra numa política flexível que consiga unir à volta a burguesia nacional. O seu último Governo (de que o Ministro Saraiva fazia parte) era já um Governo de transição e de compromisso.

2- A nomeação de Marcelo Costano --a chefia do Governo, representa a deslocação irreversível do poder político -- no Estado Novo-- para a burguesia financeiro-industrial. Toda a nova orientação é definida em função das contradições mais importantes com que se debatem neste momento, os grupos (monopólios) industriais.

Uma dessas contradições tem origem na guerra colonial.

O processo de desenvolvimento do capitalismo nacional está nitidamente ligado ao desenvolvimento das exploração colonial. As matérias-primas, provenientes da exploração agrícola das colónias, têm importância fundamental dos sectores que estão na base do nosso processo de industrialização (alimentares, têxteis, vestuários e calçado, madeiras e cortiça --indústrias que requerem baixo capital e grande participação de mão-de-obra); proveem de lá: 91% das matérias entregues no sector das madeiras, 70% nos têxteis, 50% nos amidos, féculas, dextrinas e produtos afins, etc... Grande parte é enviada directamente para transformação no estrangeiro, servindo para equilibrar na zona de pagamentos do escudo o déficit da Metrópole. O peso crescente, na sua indústria, dos sectores ditos pesados (metal-mecânicas, químicas, material eléctrico etc. -- de composição orgânica do capital mais elevada, o aumento da produtividade mais rápida) por volta de 1960 cria condições para uma alteração do tipo de exploração colonial, para e passegem a uma exploração mais intensa das riquezas minerais e a um começo de industrialização.

O desencadear da luta armada dos povos africanos contra o jogo colonial, que pelas

características que reveste, nitidamente anti-capitalistas, torna as hipóteses de solução neo-colonialista (independência política e continuação da dependência económica) manifestamente impossíveis (é de notar o apoio dado, inicialmente, pelos EUA a alguns movimentos de libertação como a URRA que depois foi retirado, passando ao Governo Português), veio obrigar a burguesia a grandes despesas com a manutenção da guerra (mais de 50% do orçamento do Estado é gasto com a "defesa e segurança"), a gastar nas colónias aquilo que lhe é necessário para acelerar o crescimento da indústria na Metrópole. A contradição é entre a necessidade de continuar a exploração colonial (nisto toda a burguesia é unânime - desde a A.N.P. à A.S.P. e outros grupos políticos) e a necessidade do crescimento em extensão. Não é por acaso que o Doutor Pinto Leite afirmou na Assembleia Nacional: "Sem dúvida que uma parte razoável do que se gasta na guerra, permanece no circuito económico português e cria, portanto, riqueza. Essa criação de riqueza poderia, no entanto, ser muito maior, se grande parte das despesas da guerra podessem ser desviadas para os empreendimentos reprodutivos de que o desenvolvimento económico português tanto carece".

Outro obstáculo importante ao crescimento dos monopólios é a limitação do mercado nacional, que a concorrência estrangeira já agrava, e mais agravará quando forem abolidos totalmente os barreiros alfandegários, e se dar a integração da Inglaterra no mercado comum. (CEE)

3- "Não tenhamos receio do movimento! Não nos intimemos com as perspectivas da Reforma. O tempo não é para atitudes meramente defensivas. A sociedade (capitalista) tem de se defender atacando" - Marcelo Caetano, no V Congresso do UN.

A ideologia da "racionalização", da "Produtividade", da "abertura e liberalização", das "reformas", será a ideologia e a prática política, que permitirá e incentivará a concentração - dos capitais, das indústrias, das empresas e do poder político.

A concentração é simultaneamente uma defesa (uma indústria dispersa e de técnica pouco avançada não poderá nunca partir à conquista dos mercados externos, muito menos resistir à concorrência estrangeira na Metrópole ou nas Colónias, ou conquistar sequer, dentro dos grupos económicos internacionais, a posição secundária de "sucursal") e um ataque às estruturas pré-capitalistas e pré-industriais. Ao explicar o quebra do crescimento da indústria portuguesa em 1966 e o conseqüente maior afastamento dos países mais industrializados na Europa, o presidente do Conselho da Administração da Comundo-Consórcio Mundial de Exportação e Importação S.A.R.L., na A.G. dessa empresa, ^{em} 21/3/70, disse que um dos principais factores que explicava era "a falta da preparação empresarial de muitos desses industriais e as deficiências tecnológicas do pessoal. Desta maneira, os inúmeros problemas administrativos e técnicos que uma actividade industrial traz consigo ou era mal solucionados ou nem mesmo eram solucionados, e o processo industrial logo começou a perder-se quando era preciso enfrentar a concorrência, no nível dos preços e na qualidade dos produtos". Do mesmo insigne presidente concluiu: "o principal destes fenómenos para lá de atmosfera de descrença e inevitável retroação dos esforços foi o desertar de novos investidores (que sempre apostam na lotaria da indústria) e o desvio das correntes de capital que se sumiram em investimentos no estrangeiro ou em negócios de especulação".

É também um ataque às estruturas administrativas, políticas e educacionais cuja rigidez constitui uma defesa de privilégios e um empecilho ao desenvolvimento da indústria. A Reforma Administrativa do aparelho estatal, era um objectivo proclamado, e até no próxi-

no exército "com a introdução de algumas técnicas de gestão moderna, talvez possam libertar verbes avultadas".

Sobre a "delicada questão do Ultramar" se pronunciou o eng.^o Torres Campos, Director Geral dos Serviços Industriais: - "o contributo da Metrópole para o desenvolvimento destas ritorias do Ultramar, poderá ser tanto maior e melhor quanto mais aquela (Metrópole) estiver próxima do nível da industrialização dos países europeus".

A solução para as suas contradições encontra-a a burguesia - ou pensa encontrá-la - na subordinação ao capital estrangeiro, e na concentração tentando assegurar a melhor posição que poder na distribuição dos "lucros". Volte o ao Presidente da Câmara de Comércio Luso-Alemão, Doutor Pinto Leite: "neste capítulo do desenvolvimento económico não devemos ter pruridos de querer seguir uma política do tipo "orgulhosamente sós", nem tomar atitudes idênticas às que foram tomadas a seu tempo, em relação à ajuda Marshall, pois que então corremos o risco de ficar desarrazadamente pobres".

4- A alteração e reforma de super estruturas políticas e educacionais, não se realizará linearmente e sem choques, sem hesitações e retrocessos. A importância política dos sectores mais retrógrados é ainda grande e, para além das divergências que existem entre facções da burguesia, "o que uniu todos os candidatos apresentados pela UN, nas últimas eleições, foram dois pontos fundamentais: a presença portuguesa no Ultramar e a defesa da Ordem Pública" (sic).

Se o isolamento da regim na hora presente é perigoso, implicando um reformular das suas táticas, e utilização dos poderosos meios de informação da massa de um modo sistemático e hábil, etc., ele só, "liberalizará" e "abrirá" até aquilo que "uniu" os candidatos. O que não significa que a sua política seja uma "demagogia liberalizante". O prosseguimento da luta dos povos das colónias e o consequente enfraquecimento de uma das bases de sustentação do capitalismo, leva-la-á a intensificar e a "racionalizar" a exploração dos trabalhadores metropolitanos, - o que provocará uma agudização crescente, dos conflitos sociais, dos conflitos entre o capital e o trabalho. Para os trabalhadores há a "liberalização" que convém ao capital.

"Não podemos admitir o enfraquecimento da autoridade. Tudo o que representa ou signifique, neste momento, transigência com as forças em desordem, tendentes à subversão social pode acarretar gravíssimas consequências para o futuro do país" - Marcelo Caetano ao Congresso da UN.

II- "...é urgente tomar medidas ineditas, prontas do realismo, simplicidade e clareza que dêem por fim do seu estatuto (universitário) de um anacronismo que ressalte com perfeita evidência em todos os aspectos susceptíveis de análise objectiva, anacronismo que ninguém pode forçar-se a reconhecer... O sistema atingiu o ponto da fractura, antes que esse provoque a desagregação, à que remodelá-lo com a presteza que garante a salvação do que não deve nem pode ser perdido". - Prof. Veiga Simão.

1- A Universidade é a instituição onde se formam os quadros superiores necessários ao desenvolvimento do modo de produção capitalista (administradores, técnicos, legistas, etc.). É também um instrumento de veiculação da ideologia - na produção, na administração os quadros para serem úteis têm de utilizar a racionalidade burguesa, a racionalidade do

"lucro máximo".

A política seguida pelo regime de Salazar está circunstanciada nestas palavras do Ministro Galvão Teles, catedrático da Faculdade de Direito: - "Quando atrás referi a relevância económica da educação, estava longe do mau espírito a ideia de que esse aspecto fosse o mais importante, como do resto logo sublinhei. Muito ao contrário, penso que na educação conta antes de mais e acima de tudo, o lado espiritual, o cultivo das virtudes humanas, o fortalecimento da vontade, temperada ao calor de um ideal, da noção de sacrifício, da dívida generosa às grandes certezas, da fidelidade a princípios imutáveis. Tenho-o dito inúmeras vezes e todo o meu labor governativo se tem concentrado em torno desse pensamento fundamental". Vegetando beatificamente, alheia às transformações que se operavam, a Universidade vai dando os seus diplomas e formando, sobretudo, os seus "doutores em leis" que iriam preencher os lugares da administração pública e privada. Ela serve os interesses dos sectores dominantes - a burguesia latifundiária e financeira. Iniciativas como a criação da Universidade dita técnica esperariam, para assumir um papel preponderante, melhores dias.

O rápido aumento da população escolar que se verificou a partir dos anos 50 (e que está relacionado com a "reconversão" profissional, é claro que os sectores da pequena e média burguesia, se veem obrigados para manter o seu estatuto social, aliado ao aparecimento de vanguardas políticas na Universidade - permitida por uma crescente radicalização das lutas operárias que atingem o seu auge entre 1959 e 1962), veio quebrar a calma universitária. O Movimento Estudantil veio transformar-se num dos baluartes da luta anti-fascista - as (crises académicas) sucederam-se em 57/58, 61/62, 64/65 e 68/69. Conflitos violentos opõem os estudantes às "autoridades académicas" e ao "governo".

2- Com o advento da burguesia financeira-industrial ao poder político, a Universidade encontrou mais um elemento de perturbação da sua calma beatífica (e este exterior é também do peso...). O "desenvolvimento" e a "reorganização" industrial e doutros sectores, requerem uma "reorganização" do ensino que, no essencial, forneça os técnicos necessários e aptos a desempenharem as "novas" tarefas. Requerem uma reforma que "actualize" o conteúdo e a metodologia do ensino; que tente integrar a luta estudantil, satisfazendo as reivindicações que possam ser mais facilmente recuperadas; que realize uma "democratização do ensino" (no sentido Veiga Simoniano).

Pela própria boca das autoridades académicas ultimamente nomeadas, que objectivamente defendem os interesses dessa burguesia, se afirma que: "a Nação (a burguesia) terá o direito de perguntar à Universidade e ao ministro qual a rentabilidade deste investimento". As exigências de produtividade estendem-se à Universidade.

3- O prestígio oficial que o título académico confere, as depurações nazis e que a Universidade foi alvo, contribuíram de forma decisiva para fazer da grande parte do corpo dos catedráticos seres manifestamente reacccionários e subservientes, agarrados à cadeira com o mesmo amor que dispõem à paz social e à tranquilidade pública. "Segredores um, idealistas outros, estão muitas vezes agarrados a caracteres conservativos dentro da Universidade, mesmo aqueles de índole mais liberalizante da vida socio-política" - disse a esse respeito o Prof. Veiga Simão, lamentando-se a seguir - "é com dolorosa inquietude que ainda hoje sentimos (...) a força do conservadorismo que não pode senão arrastar-nos inexoravelmente para piores e maiores glórias".

A catedral ("essa quinta", como dizia o reitor Vasco Costa) e os seus quinteiros são o principal obstáculo - na Universidade - à introdução da reforma tecnocrática. Eles defendem objectivamente os interesses imobilistas da burguesia mais reacçãoária.

4- Esta situação obriga o R.E.N. e as novas autoridades académicas à utilização cuidadosa de diversas tócticas " que serão aplicadas consoante as condições concretas e específicas) para atingirem os seus objectivos - uma delas é a participação.

São os estudantes, (e não só, como já vimos), e não os professores, quem mais tem a ganhar com que o ensino se torne mais eficiente. Todos os que estão empenhados em melhorar o ensino devem, por isso, considerar os alunos como seus aliados e procurar a sua colaboração na busca de soluções para os problemas existentes. Por isso "propus superiormente e foi aceite, que ao Reitor fosse dada faculdade de convocar os representantes dos alunos para participar nas sessões do Conselho Universitário" - Vasco Costa.

As autoridades académicas" nomeadas pelo governo, e de confiança das classes dominantes, procuram, neste momento, a aliança de quem sempre combateram - os estudantes e o seu movimento sindical. É uma contradição necessária para a prossecução da sua política de reformas, pois dada a força política que os catedráticos possuem, esse prosseguimento é impossível sem a paz dos Estudantes e das suas organizações.

Ao mesmo tempo uma política de participação tem de integrar o movimento sindical e a luta estudantil.

5- A situação da Universidade, pelas contradições que nela se manifestam, permite o alcance de grandes conquistas para o movimento estudantil. A definição de uma orientação correcta é, neste momento, uma tarefa essencial. Os erros e os oportunismos serão bastante caros.

A.E.I.S.T.

(reedição)